



portalbenews.com.br

PORTOS + BRASIL Premiação passará a valorizar empresas que promovem a igualdade de gênero ► **p5**

PARAÍBA Trilhos sem uso da Transnordestina serão utilizados por linha do VLT no estado ► **p6**

Ricardo Stuckert/PR



Governo anuncia Plano Safra com volume recorde de recursos

Iniciativa destina R\$ 85,7 bilhões para ações voltadas à agricultura familiar, 10% a mais em relação ao ano anterior ► **p3**

Divulgação/Fenop



ENAPORT
Ministro do TST propõe diálogo para adequar leis trabalhistas ► **p4**

ARROZ Ministro da Agricultura afirma que país não fará mais leilões para importar produto ► **p5**

SANTOS-GUARUJÁ Presidente da APS diz que obras do túnel estão previstas para o 2º semestre do próximo ano ► **p7**

RIO GRANDE Jan De Nul inicia trabalhos de dragagem emergencial no canal do complexo gaúcho ► **p7**

EDITORIAL

Igualdade de gênero no setor portuário

A criação da categoria Igualdade de Gênero no Prêmio Portos + Brasil, promovido pelo Ministério de Portos e Aeroportos, é uma iniciativa importante na luta por um setor portuário mais justo e diverso. Mais do que um reconhecimento às empresas que já se destacam nesse quesito, a novidade serve como um chamado à ação para todo o setor, ainda predominantemente masculino.

Os dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) são preocupantes: apenas 17,5% dos cargos no setor aquaviário brasileiro são ocupados por mulheres. Em um ambiente onde a maioria das empresas possui menos de 30% de mulheres em seu quadro de funcionários e em cargos de liderança, a iniciativa do Prêmio Portos + Brasil se torna ainda mais crucial.

Ao premiar as empresas que se destacam pela presença feminina, o prêmio não apenas reconhece o compromisso dessas companhias com a diversidade, mas também as coloca como exemplos a serem seguidos. É um incentivo para que outras empresas adotem medidas para promover a igualdade de gênero em seus ambientes de trabalho, desde a seleção até o desenvolvimento profissional e a ascensão a cargos de liderança.

A diversidade não é apenas uma questão de justiça social, mas também um fator crucial para o sucesso das empresas. Estudos comprovam que empresas com maior diversidade de gênero possuem equipes mais criativas, inovadoras e produtivas. Além disso, a presença feminina em cargos de liderança contribui para a quebra de estereótipos e para a criação de um ambiente de trabalho mais inclusivo e respeitoso.

O Prêmio Portos + Brasil, em sua nova categoria, é um passo importante na construção de um setor portuário mais justo, diverso e competitivo. É um lembrete de que a igualdade de gênero não é apenas um ideal, mas um imperativo para o desenvolvimento sustentável do setor e da Nação. É hora de se construir um futuro onde a igualdade de gênero seja uma realidade em todos os ambientes de trabalho, garantindo que mulheres e homens tenham as mesmas oportunidades de se desenvolver profissionalmente e contribuir para o crescimento do País.

NESTA EDIÇÃO



- ▲ **MANCHETE**
- 3 Plano Safra 2024/2025 é anunciado com recorde de recursos

- HUB**
- 3 ANTT aprova mais uma etapa da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico)

- NACIONAL**
- 4 Enaport: ministro do TST propõe diálogo para adequar leis trabalhistas

- 5 Governo suspende novos leilões para importação de arroz

Prêmio Portos + Brasil cria categoria Igualdade de Gênero

- 6 Publicada portaria que exige sustentabilidade em concessões rodoviárias

Trilhos sem uso da Transnordestina serão utilizados por VLT na Paraíba

- REGIÃO SUDESTE**
- 7 Túnel Santos-Guarujá: obras estão previstas para o 2º semestre de 2025, diz Pomini

- REGIÃO SUL**
- 7 Jan De Nul inicia trabalhos de dragagem emergencial no canal de Rio Grande

- REGIÃO NORDESTE**
- 8 Ceará e Portugal firmam parceria por operações sustentáveis

Porto do Itaqui recebe primeira operação de transferência de petróleo entre navio



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520,
Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo - Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Editora-executiva - Portal BE News
Vanessa Pimentel

Editor-executivo - TV BE News
Gustavo Zanaroli

Editora de Arte - Jornal BE News
Mônica Mathias

Equipe de reportagem
Cássio Lyra, Marília Sena, Paulo José Ribeiro,
Yousefe Sipp e Vitória Malafati (estagiária)

Colunistas
Cândice La Terza e Ivani Cardoso

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@redebenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

publicidade@redebenews.com.br

(11) 91615.1200



**LEOPOLDO FIGUEIREDO
E COLABORADORES**
leopoldo.figueiredo@redebeneews.com.br

Investimento na Fico 1

Mais uma etapa da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico) foi aprovada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Na última terça-feira, dia 2, o Diário Oficial da União publicou o aval dado pela diretoria do órgão regulador, para o projeto executivo para a implantação da via permanente do trecho entre o km 131 + 260m e o km 167 + 300m, localizados entre os estados de Mato Grosso e Goiás. O empreendimento irá desenvolver a infraestrutura ferroviária na região e potencializar o escoamento da produção agrícola e mineral local.

Investimento na Fico 2

O investimento nesse trecho da Fico será realizado pela concessionária Vale S.A. como uma contrapartida para a prorrogação do contrato de concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM).

Concessão autorizada

O Governo de São Paulo aprovou nessa quarta-feira, dia 3, a modelagem definitiva e liberou a publicação dos editais de concessão dos trechos rodoviários denominados Rota Sorocabana e Nova Raposo. As duas vias, que ficam no Sudoeste do Estado, somam 553 quilômetros e atendem principalmente 27 municípios paulistas. Os projetos fazem parte do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP).

Ponto de parada 1

O novo ponto de parada e descanso (PPD) de caminhoneiros da Via Dutra (BR-116), um dos maiores do Brasil, será inaugurado hoje, às 15 horas. Localizado no Km 95 da rodovia, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, na cidade de Pindamonhangaba (SP), e com 120 vagas gratuitas para veículos pesados, a unidade foi implantada a partir de um investimento de R\$ 30 milhões da concessionária CCR RioSP, que administra a via.

Ponto de parada 2

A entrega do novo PPD reunirá o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (natural de Pindamonhangaba), o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, e o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Rafael Vitale.

Novo aeroporto

A região de Belo Horizonte (MG) ganhará um novo aeroporto executivo. Ele será implantado na cidade de Sete Lagoas, na área de seu distrito industrial, pela empresa Campo de Bagatelle. O empreendimento foi anunciado nessa quarta-feira, dia 3, pelo prefeito Duílio de Castro e o investidor Rodrigo Ribeiro Barbosa. O distrito já reúne unidades de grandes empresas como AmBev, Iveco e Ompi do Brasil.

Plano Safra 2024/2025 é anunciado com recorde de recursos

Iniciativa destina R\$ 85,7 bilhões para ações voltadas à agricultura familiar, um aumento de 10% em relação ao ano anterior

Ricardo Stuckert/PR



O presidente Lula participou da cerimônia de lançamento do Plano Safra em Brasília: programa prevê linhas de financiamento de crédito rural do Pronaf com redução de taxas

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redebeneews.com.br

O Governo Federal apresentou na quarta-feira (3) o Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025, em cerimônia no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O plano traz um volume recorde de recursos, redução das taxas de juros e mais garantias de acesso ao crédito, com forte ênfase na produção agroecológica e sustentável.

O novo plano destina R\$ 85,7 bilhões para ações voltadas à agricultura familiar, um aumento de 10% em relação ao ano anterior. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) terá um montante de R\$ 76 bilhões, 43,3% superior ao anunciado para a safra 2022/2023 e 6,2% maior do que o da safra passada. Entre os destaques, estão as taxas de juros reduzidas para produtores de arroz: 3% para o arroz convencional e 2% para o orgânico.

"Para construir o Plano Safra, foi feita uma escuta com todos os setores. Com o setor de máquinas, os agricultores, os

bancos, para chegar a esse propósito. Baixamos os juros para a produção de alimentos", disse o ministro Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário.

O presidente Lula disse durante a cerimônia que o Plano Safra da Agricultura Familiar "pode não ser tudo que a gente precisa, mas é o melhor que a gente pode fazer". Ele acrescentou que o plano "foi feito de forma coletiva, muita gente deu palpite".

O plano prevê dez linhas de financiamento de crédito rural do Pronaf com redução de taxas. Entre elas o Pronaf Custeio para produtos da sociobiodiversidade, que terá taxa reduzida de 3% para 2%, enquanto a produção de alimentos básicos como feijão, arroz, mandioca, leite, frutas e verduras passará de 4% para 3%. Outras linhas de investimento também tiveram suas taxas reduzidas para 3%.

Com foco na sustentabilidade, a taxa de juros para produção orgânica, agroecológica e produtos da sociobiodiversidade será de 2% para custeio e 3% para investimento. O edital do programa Ecoforte, em seu maior valor histórico de R\$ 100 milhões, apoiará projetos de redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica, beneficiando 40 redes e 30 mil

agricultores familiares.

As cooperativas da agricultura familiar contarão com o programa Cooper Mais Brasil, que visa fortalecer a organização coletiva dos agricultores, facilitando a comercialização dos produtos. Com um investimento de R\$ 55 milhões, o programa apoiará a gestão de 700 cooperativas. Além disso, os agricultores familiares serão incluídos em três importantes fundos garantidores da União, facilitando ainda mais o acesso ao crédito.

Máquinas e microcrédito

O plano também traz novidades na aquisição de máquinas e implementos agrícolas de pequeno porte, com juros de 2,5% ao ano, voltados para famílias com renda anual de até R\$ 100 mil. No âmbito do microcrédito, as famílias poderão acessar até R\$ 35 mil pelo Pronaf B, com taxa de juros de 0,5% e desconto de até 40% para quem paga em dia.

O financiamento para a regularização fundiária de imóveis rurais terá limite de R\$ 10 mil, com taxa de juros de 6% ao ano e prazo de pagamento de 10 anos, incluindo 3 anos de carência. Editais específicos também foram lançados para apoiar

quintais produtivos e a organização produtiva de mulheres rurais, com investimentos de R\$30 milhões cada.

Veja as linhas e taxas:

Pronaf Custeio: produtos da sociobiodiversidade (como babaçu, jambu, castanha do Brasil e licuri): de 3% para 2%.

Pronaf Custeio: produção de alimentos como feijão, arroz, mandioca, leite frutas e verduras: de 4% para 3%.

Pronaf Floresta (Investimento): de 4% para 3%.

Pronaf Semiárido (Investimento): de 4% para 3%.

Pronaf Mulher (Investimento): para as agricultoras com renda familiar bruta anual de até R\$ 100 mil: de 4% para 3%.

Pronaf Jovem (Investimento): de 4% para 3%.

Pronaf Agroecologia (Investimento): de 4% para 3%.

Pronaf Bioeconomia (Investimento): de 4% para 3%.

Pronaf Produtivo Orientado (Investimento): de 4% para 3%.

NACIONAL

Enaport: ministro do TST propõe diálogo para adequar leis trabalhistas

Breno Medeiros tratou do assunto durante a abertura do Encontro Nacional das Operações Portuárias

YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redebene.com.br

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Breno Medeiros destacou que a falta de uma legislação coesa tem afetado as relações de trabalho dos transportadores autônomos de cargas que levam produtos até os portos brasileiros, sem que haja ainda um consenso sobre os direitos de diversos prestadores de serviço.

“Existe uma realidade diferente da relação de emprego porque as pessoas recebem por frete em alguns casos; têm custo do combustível, se elas cuidam do seu veículo ou mesmo colocam outra pessoa para dirigir no seu lugar”, disse durante a abertura do IX Encontro Nacional das Operações Portuárias (Enaport), na quarta-feira (3), em Brasília.

Para Medeiros, é necessário que haja diálogo entre a Justiça, os empregadores e os contratados para adequar as leis trabalhistas e aplicá-las corretamente à atuação autônoma desses profissionais, além da urgência em atualizar a legislação para refletir as mudanças nas relações de trabalho desde a criação da CLT em 1943.

O Enaport é uma iniciativa da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop) para discutir as principais oportunidades e desafios no desenvolvimento da infraestrutura nos portos nacionais.

Durante o evento, tam-



Divulgação/Fenop

Para Breno Medeiros, a falta de uma legislação coesa tem afetado as relações de trabalho dos transportadores autônomos de cargas que levam produtos até os portos brasileiros

bém foram debatidas as iniciativas públicas para conciliação e arbitragem dentro do setor portuário. Cássio Lourenço Ribeiro, consultor jurídico e sócio do escritório Lourenço Ribeiro Advogados, levantou preocupações sobre a sobreposição de funções entre gestão e controle na administração pública.

Cássio argumentou que é crucial preservar a independência do controle externo na atividade portuária para que gestoras públicas e agências reguladoras possam administrar de forma eficiente, sem depender excessivamente do Tribunal de Contas da União (TCU). Ele propôs uma reflexão sobre a neces-

sidade de devolver competências aos órgãos do Executivo, permitindo que os agentes conduzam contratos de maneira mais autônoma, enquanto o TCU mantém seu foco original na fiscalização.

Nicola Espinheira da Costa Khoury, auditor federal de controle externo do TCU, abordou com a necessidade de mudanças comportamentais tanto no setor público quanto no privado para reduzir o número de disputas prolongadas, favorecendo soluções consensuais que promovam uma gestão mais ágil e eficiente dos problemas administrativos e contratuais.

“Eu costumo brincar com

os colegas que é como se fosse um escape room, a gente tem 90 dias trancados numa sala para sair com a resposta do problema. Excepcionalmente prorrogado por mais 30, então nós temos um prazo bastante desafiador para solução de problemas complexos de 120 dias como teto”.

Eficiência x legalidade

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, discorreu sobre a complexa relação entre eficiência e legalidade na administração pública, ressaltando a necessidade de

equilibrar esses princípios para aprimorar a gestão portuária, sendo a mediação uma ferramenta eficaz para resolver disputas de maneira mais célere.

“É importante que haja uma virada de chave na valorização do princípio da eficiência na administração pública, equiparando-o à legalidade, para que decisões mais rápidas e eficazes sejam tomadas em benefício do interesse público e dos consumidores”, afirmou Nery.

Também participaram do painel Marcelo Kanitz, sócio do escritório Amorim, Trindade, Kanitz e Russomano Advogados Associados, e Jorge Henrique de Oliveira Souza, sócio do escritório Tojal Renault Advogados Associados. A moderação foi realizada por Aparecida Gislaïne da Silva Herédia, coordenadora do Comitê Técnico Permanente Jurídico da Fenop.

A programação do Enaport também incluiu discussões sobre o alinhamento dos entes privados com as diretrizes do governo federal, o fortalecimento do setor empresarial, a automação nas instalações do modal de transporte, além dos impactos da reforma tributária nos serviços dos portos brasileiros.

Eduardo Nery falou sobre a relação entre eficiência e legalidade na administração pública, ressaltando a necessidade de equilibrar esses princípios para aprimorar a gestão portuária



Divulgação/Fenop

Governo suspende novos leilões para importação de arroz

Decisão vem após tentativas frustradas para comprar grãos devido às enchentes no Rio Grande do Sul

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redenebnews.com.br

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, afirmou que o Brasil não realizará novos leilões para importar arroz. Na quarta-feira (3), em entrevista à GloboNews, ele disse que os preços do arroz no mercado interno já se estabilizaram. "Os preços do arroz já cederam e voltamos aos preços normais", declarou.

A decisão de não realizar novos leilões vem após uma série de tentativas frustradas pelo Governo Federal para importar arroz devido às enchentes no Rio Grande do Sul em maio. O estado é responsável por 70% da produção nacional e, na ocasião, o Governo anunciou a necessidade de importação para evitar alta nos preços. No entanto, associações do setor já afirmavam que a importação não era necessária, pois 80% da safra já havia sido colhida.

Os esforços do governo incluíram um leilão marcado para 21 de maio, que foi suspenso, e outro em 6 de junho, anulado devido a indícios de incapacidade técnica e financeira de algumas empresas vencedoras e conflito de interesses.

"Tivemos problemas, é fato. Nós cancelamos esses leilões. Mas o fato real é que, com a sinalização de disponibilidade do Governo de comprar arroz importado e abastecer o mercado brasileiro, além da volta



Valter Campanato/Agência Brasil

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, declarou que o Brasil não realizará novos leilões para importar arroz, já que os preços do produto no mercado interno já se estabilizaram

da normalidade em estradas, os preços do arroz já cederam e voltamos aos preços normais", disse Fávaro.

Atualmente, o preço do pacote de 5 kg de arroz varia entre R\$ 19 e R\$ 25 em algumas regiões do país. Dados do Procon-SP mostram que em São Paulo, o preço médio do pacote de 5 kg é de R\$29,42. O arroz importado, caso tivesse sido vendido, teria o preço tabelado de R\$ 20 por pacote de 5 kg e rótulo do governo.

Encontro

O ministro da Agricultura vai se reunir com a Federação dos Ar-

rozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz) e representantes da indústria para discutir compromissos de estabilidade de preço, logística e frete.

"Vamos buscar alguns compromissos com eles, de estabilidade de preço, de logística e frete. Eles mesmos podem nos dizer um momento, se for necessária, alguma intervenção do governo. Por ora é mais prudente, já que os preços cederam, que a gente tome outras atitudes de estímulo à produção. Não se faz necessário novos leilões de importação", acrescentou Fávaro.

O presidente da Compa-

nhia Nacional de Abastecimento (Conab), Edegar Pretto, e representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário também participarão das reuniões. A expectativa é de que seja assinado um termo de compromisso e responsabilidade sobre os preços do arroz.

Pressão

Nos últimos dois meses, o Governo Federal enfrentou pressão de produtores rurais contra a necessidade de importação de arroz. Relatório da Conab de junho indicou que as enchentes causaram perdas de 100 mil

toneladas na colheita de arroz no Rio Grande do Sul, representando apenas 1,4% da safra total do estado, estimada em 7 milhões de toneladas.

Após a anulação do leilão de 6 de junho, que previa a importação de 263 mil toneladas de arroz, Fávaro foi convocado para uma audiência na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados em 19 de junho, para prestar esclarecimentos sobre a importação.

Com a estabilização dos preços e a retomada da normalidade no mercado, o Governo agora foca em medidas de estímulo à produção local.

Prêmio Portos + Brasil cria categoria Igualdade de Gênero

Honraria será concedida às empresas que mais se destacarem pela presença de mulheres nos quadros de funcionários e em cargos de gestão

VANESSA PIMENTEL
vanessa.pimentel@redenebnews.com.br

O Prêmio Portos + Brasil, promovido pelo Ministério de Portos e Aeroportos, por meio da Secretaria Nacional de Portos, ganhou neste ano uma nova categoria: Igualdade de Gênero.

Em sua quinta edição, a premiação é um reconhecimento dos avanços conquistados

pelos portos organizados e pelos Terminais de Uso Privado (TUPs) do país, especialmente em relação às medidas adotadas pelo setor que promovam o desenvolvimento sustentável, bons investimentos, eficiência operacional e competitividade dos portos brasileiros.

Na nova categoria, serão premiadas as três empresas que mais se destacarem pela presença de mulheres nos quadros de funcionários e em cargos de gestão – em consonância com o

ODS 5 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável que diz respeito à igualdade de gênero) e seguindo os Princípios de Empoderamento das Mulheres estabelecidos pela Organização das Nações Unidas.

No ano passado, um levantamento sobre equidade de gênero feito pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), mostrou que apenas 17,5% do total de vagas no setor aquaviário brasileiro é ocupado por mulheres.

Ao todo, 302 empresas responderam os questionários e, na maioria delas, menos de 30% dos funcionários são mulheres e menos de 30% delas ocupam cargos de liderança. Neste cenário, a nova categoria é também uma forma de estimular mudanças do setor, ainda predominantemente masculino.

Igap

Por meio do Índice de Gestão

das Autoridades Portuárias (Igap), o Ministério de Portos analisa um ranking das autoridades portuárias de todo o país, avaliando 15 métricas, como desempenho de gestão e governança, transparência na publicação de informações, capacidade de concretizar investimentos, qualidade da gestão ambiental, entre outros.

O evento de 2024 está marcado para o dia 7 de agosto, no Clube Naval de Brasília.

NACIONAL

Publicada portaria que exige sustentabilidade em concessões rodoviárias

Medida estabelece 1% da receita dos contratos direcionado ao desenvolvimento de infraestrutura sustentável

Da Redação
redacao.jornal@redenebnews.com.br

O Ministério dos Transportes publicou na edição de segunda-feira (1) do Diário Oficial da União a portaria nº 622/2024, que estabelece o direcionamento de, no mínimo, 1% da receita bruta dos contratos de concessões rodoviárias federais ao desenvolvimento de infraestrutura sustentável. Entre os principais objetivos da medida estão a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente.

Nos novos projetos de concessões rodoviárias devem ser incluídas ações para alternativas sustentáveis de coleta e descarte de recursos, conservação da fauna e flora, incentivo à eficiência energética e uso de fontes de energia renováveis.

Quanto aos contratos vigentes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) ficará responsável por realizar estudos técnicos para identificar áreas vulneráveis e mapear necessidades de ações para promover a adequação dos contratos.

Em paralelo à nova portaria, o Ministério divulgou um



Charles de Moura/Prefeitura de São José dos Campos

Trechos rodoviários que apresentam os maiores riscos devido ao impacto direto das altas temperaturas estão localizados no interior, distribuídos por todas as regiões do Brasil

levantamento que identifica ameaças climáticas e principais vulnerabilidades no setor de transportes terrestres do Brasil. O estudo destaca medidas de adaptação necessárias para evitar tragédias, como a mais recente, ocorrida no Rio Grande do Sul.

De acordo com o documento, algumas catástrofes estão mais propensas a ocorrer devido às mudanças climáticas, tais como: deslizamentos, erosão, inundações e queimadas.

O levantamento indica riscos maiores de alagamento ou

inundação em trechos das regiões Sul e Sudeste, além de rodovias litorâneas do Nordeste. No caso de deslizamentos de terra, que têm forte relação com o uso do solo, há pontos críticos nas rodovias do Pará, dos estados do Sul e do Nordeste, especialmente no litoral (BR-101).

Em relação às queimadas, os trechos rodoviários que apresentam os maiores riscos devido ao impacto direto das altas temperaturas estão localizados no interior, distribuídos por todas as regiões do Brasil.

Ferrovias

O setor de transporte ferroviário é o segundo mais utilizado no Brasil para o transporte de cargas, atrás apenas do transporte rodoviário. Atualmente, a malha ferroviária nacional chega a 30.660 quilômetros. O estudo identificou que o maior risco de erosão se encontra no Pará, Maranhão, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Quanto ao alagamento / inundação, todas as ferrovias apresentam um nível muito baixo ou baixo de risco, com exceção de

alguns trechos no Pará e no Maranhão.

O estudo sugere algumas ações para minimizar catástrofes:

- Proibição do desenvolvimento (construção ou expansão) da infraestrutura em áreas de vulnerabilidade ambiental;
- Realocação ou redesenho de estradas críticas localizadas em zonas de inundação;
- Priorização de obras corretivas para os locais avaliados;
- Incentivo à utilização de novas tecnologias, como sistemas de drenagem sustentáveis;
- Melhoria na capacidade de previsão do tempo e implementação de sistemas de alerta precoce;
- Substituição de trilho articulado por trilho soldado continuamente;
- Instalação de proteção dura contra erosão (cascalho e pedra, blocos de concreto, gabiões e estacas de aço ou madeira);
- Desenvolvimento de túneis de drenagem embaixo de grandes estradas e rodovias;
- Realização de plantio de vegetação ao longo das vias para diminuir a exposição das rodovias à inundação;
- Aumento da limpeza e manutenção das estradas e rodovias e seus arredores.

Trilhos sem uso da Transnordestina serão utilizados por VLT na Paraíba

Ministro dos Transportes, Renan Filho, assinou acordo para aproveitar infraestrutura parada em Campina Grande

Da Redação
redacao.jornal@redenebnews.com.br

Cerca de 14,8 quilômetros de trilhos da Ferrovia Transnordestina que estavam sem uso em Campina Grande (PB) agora poderão receber um Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e beneficiar a mobilidade urbana da população.

A autorização veio na quarta-feira (3), após um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) assinado entre o Ministério dos Transportes e o município paraibano, que inicia os processos de implantação do modal. O

documento foi assinado pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, em Brasília.

Renan ressaltou que a assinatura do acordo possibilita o avanço dos estudos para que o VLT seja viabilizado o mais rápido possível. "O projeto do VLT com certeza vai melhorar o desenvolvimento urbano e a vida das pessoas. A linha percorre todo um trecho vital na localidade e será fundamental para a melhoria do transporte coletivo de Campina Grande", explicou.

O novo transporte vai alcançar áreas fundamentais da cidade, atendendo aos polos universitário, industrial, hospitalar, jurídico e comercial. "Esse momento é um grande divisor



Marcio Ferreira/MT

O ministro dos Transportes, Renan Filho, assinou um Acordo de Cooperação Técnica possibilitando o avanço dos estudos para que o VLT seja viabilizado o mais rápido possível

da bancada federal da Paraíba, entre senadores e deputados. Também estiveram presentes durante a assinatura do acordo o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Fabrício Galvão, e o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo Filho, natural de Campina Grande destacando que o VLT trará um grande avanço socioeconômico para o município.

de águas para nossa cidade. Existe uma grande expectativa sobre esse tema", ressaltou o prefeito Bruno Cunha Lima, que participou por videoconferên-

cia do evento e agradeceu a disposição do Ministério sobre o tema.

A assinatura do ACT contou ainda com a participação

REGIÃO SUDESTE

Túnel Santos-Guarujá: obras estão previstas para o 2º semestre de 2025, diz Pomini

Presidente do Porto de Santos atualizou cronograma em sessão pública na Câmara Municipal

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenews.com.br

A Câmara Municipal de Santos, no litoral de São Paulo, realizou na quarta-feira (3) uma audiência pública para debater a construção do túnel submerso Santos-Guarujá, que vai ligar os dois municípios que abrigam o Porto de Santos, o maior complexo portuário do país.

Em sua participação na sessão pública, o presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, divulgou o cronograma do empreendimento, cujo início das obras está previsto para o segundo semestre de 2025.

Segundo o presidente do complexo portuário santista, o andamento da obra segue o cronograma previsto. Em abril, foram realizadas três audiências



Segundo Pomini, a contratação da empresa vencedora da licitação e a ordem de serviço para início das obras estão programadas para o segundo semestre do ano que vem

as públicas sobre o empreendimento. Ainda neste ano, o projeto passará por uma nova sessão pública, que debaterá os impactos ambientais.

“Ao final deste ano, entre novembro e dezembro, teremos uma audiência pública para ana-

lisarmos os impactos ambientais. É uma obra complexa, que prevê um canteiro de obras na margem esquerda, onde certamente haverá impactos no meio ambiente e a audiência vai então discutir quais serão eles”, explicou Pomini.

De acordo com o presidente do Porto de Santos, a contratação da empresa vencedora da licitação e a ordem de serviço para início das obras estão programadas para o segundo semestre do ano que vem.

“Vamos reunir todos os estudos, incluindo das três audiências públicas que realizamos, pegamos uma minuta e encaminhamos aos órgãos de controle para analisar o formato de contratação proposta para a PPP (parceria público-privada), econômico e jurídico, para o Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado”, comentou.

A obra do túnel imerso é considerada a maior obra de infraestrutura do atual Governo Federal. A obra está orçada em R\$ 6 bilhões, onde serão aportados 3 bilhões pela União e outros 3 bi pelo Governo do Estado.

Desapropriações

Durante a sessão pública, presidida pelo vereador Bruno Orlandi (PSD) houve a preocupação por parte de moradores do bairro do Macuco, em Santos, em que um dos traçados do projeto prevê centenas de desapropriações. O projeto corresponde ao elaborado pela antiga estatal Dersa.

Atualmente, os moradores e a própria Prefeitura são favoráveis ao projeto que prevê zero ou o mínimo de desapropriações possível para o túnel.

“Não só vereadores, mas a cidade, somos a favor do projeto que não traz desapropriação. É uma das bandeiras que defendemos e vamos nos colocar na defesa de que haja o túnel, mas sem essas desapropriações, mantendo a dignidade das pessoas e moradores”, destacou Orlandi.

REGIÃO SUL

Jan De Nul inicia trabalhos de dragagem emergencial no canal de Rio Grande

Segundo a Portos RS, obra corresponde a um trecho de aproximadamente 3 quilômetros do canal aquaviário

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenews.com.br

A Portos RS, Autoridade Portuária dos portos públicos do Rio Grande do Sul, anunciou que teve início na quarta-feira, 3 de julho, a dragagem de emergência em um dos trechos do canal de acesso ao Porto do Rio Grande.

A obra está sendo executada pela draga Galileo Galilei, pertencente à frota da empresa Jan de Nul, dentro de um contrato continuado existente entre a Autoridade Portuária e a empresa Van Oord Serviços de Operações Marítimas.

A draga chegou ao estado no último final de semana. De acordo com o diretor de infraestrutura, Lucas Meurer, serão

investidos R\$ 21.5 milhões para a retirada de 593 mil metros cúbicos de sedimentos e a previsão é de que o serviço seja concluído em até 20 dias.

Conforme estudos apontaram, os serviços de recuperação ocorrem no considerado trecho mais crítico do canal, em área externa aos Molhes da Barra. A quantidade a ser dragada foi apontada por uma batimetria, realizada após um incidente envolvendo uma embarcação, durante o mês de maio.

Segundo a Portos RS, esta parte da obra compreende apenas um trecho de aproximadamente três quilômetros. Uma dragagem mais ampla deverá ser realizada em breve para o restabelecimento das profundidades.

De acordo com a Jan De Nul, os trabalhos de dragagem emergencial em Rio Grande



Divulgação/Portos RS

De acordo com a Jan De Nul, os trabalhos de dragagem emergencial em Rio Grande contará com 50 colaboradores embarcados na draga e na equipe de administração local

contará com 50 colaboradores embarcados na draga e na equipe de administração local. O objetivo é devolver aos navios que atracam em Rio Grande uma condição segura de navegação.

Profundidade

Após o período de enchentes,

em razão dos eventos climáticos no estado no mês de maio, a Autoridade Portuária teve de reduzir o calado do canal de acesso do Rio Grande para 12,2 metros, última medição confirmada em 22 de junho.

A Portos RS realizou uma reunião com o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

(Dnit), Fabrício de Oliveira Galvão. No encontro, ficou decidido que a autarquia federal vai desenvolver o projeto para retirada de sedimentos do mar.

Com a apresentação dos resultados da batimetria, onde serão colocados o volume a ser dragado e dos valores para execução da obra, o Dnit afirmou que vai se comprometer em realizar o desenvolvimento do projeto, que deverá ser finalizado até a próxima semana.

Após essa fase, o projeto será encaminhado para o Ministério de Portos e Aeroportos para o processo de contratação e definição da data de início da dragagem.

REGIÃO NORDESTE

Ceará e Portugal firmam parceria por operações sustentáveis

Memorando de entendimento está inserido na estratégia da empresa europeia Global Gateway, que pretende investir 300 bilhões de euros até 2027

Reprodução/Governo do Ceará

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redenebnews.com.br



O Complexo do Pecém, do Ceará, e a Administração dos Portos de Sines e do Algarve (APS) assinaram, em Portugal, um memorando de entendimento com o objetivo de promover a cooperação entre as duas instituições, focando especialmente na sustentabilidade. O acordo, assinado no dia 28 de junho, visa estabelecer e desenvolver corredores logísticos sustentáveis, além de atrair investimentos e promover a política industrial em segmentos como o agronegócio, combustíveis sintéticos e hidrogênio verde.

O memorando de entendimento foi firmado no âmbito da estratégia da empresa europeia Global Gateway, lançada em dezembro de 2021. A iniciativa busca promover ligações inteligentes, limpas e seguras nos setores digital, de energia e transportes, alinhando-se com a Agenda 2030 das Nações Unidas e o Acordo de Paris. A Global Gateway prevê um financiamento de 300 bilhões de euros (R\$ 1,8 trilhão) até 2027, distribuídos em cinco pilares estratégicos: setor digital, clima e energia, transporte, saúde e

educação e investigação.

O presidente do Complexo do Pecém, Hugo Figueirêdo, destacou a importância da aliança com Sines, afirmando que ela fortalecerá a estratégia de integração do Pecém com a União Europeia. "Essa aliança ampliará o acesso dos empreendimentos do Complexo Industrial e Portuário do Pecém a mercados europeus e financiamentos do Global Gateway para empreendimentos do Hub de Hidrogênio Verde e da Transnordestina", afirmou Figueirêdo.

O presidente da APS, José Luís Cacho, ressaltou as vantagens competitivas que parcerias estratégicas como essa trazem para o Porto de Sines e para Portugal. "Essas parcerias promovem o comércio do Brasil para a Europa, destacando Sines

como a porta de entrada das exportações brasileiras para a Europa, especialmente no setor agroalimentar e de matérias-primas críticas", disse.

Já o representante da Comissão Europeia em Lisboa, António Vicente, enfatizou a importância da conectividade entre países e continentes. "Pra chegar aqui, houve muito trabalho envolvido, mas ainda há muito trabalho pelo caminho. A conectividade é fundamental para promover a autonomia estratégica da União Europeia, principalmente na cadeia alimentar e à luz dos dias de incerteza que vivemos hoje", explicou.

A assinatura do memorando também contou com a presença de George Dantas, secretário executivo de Planejamen-

to e Gestão Interna da Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Ceará (SDE), reforçando a importância da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável e econômico.

Hub de Hidrogênio

O estado do Ceará avança no desenvolvimento do Hub de Hidrogênio Verde, com cerca de 30 memorandos assinados com empresas interessadas na produção. Três dessas empresas - Fortescue, Casa dos Ventos e AES - já firmaram pré-contratos e reservaram áreas na Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Ceará, totalizando investimentos estimados em US\$ 8 bilhões. O Porto do Pecém planeja investir

R\$ 2,2 bilhões em infraestrutura para suportar esses projetos.

A Parceria Portos Verdes, entre o Governo do Ceará e os Países Baixos, assinada no mês passado, visa apoiar exportações e investimentos bilaterais. A cooperação envolve Rotterdam Partners, a Agência Empresarial dos Países Baixos (RVO), a Rede Diplomática Econômica Neerlandesa no Brasil, o Porto de Roterdã, Arcadis, TNO, Wind & Water Works e empresas neerlandesas do setor marítimo.

A expectativa é que essa parceria também fortaleça a cooperação bilateral e promova iniciativas no desenvolvimento portuário, logística, conexão com o interior e projetos de energia, como energia eólica e produção de hidrogênio verde.

Porto do Itaqui recebe primeira operação de transferência de petróleo entre navios

Serviço foi realizado pela Transpetro e a retomada da movimentação do combustível no complexo após 40 anos

Divulgação/Transpetro

Da Redação
redacao.jornal@redenebnews.com.br

de diesel e gasolina no terminal de São Luís. Este evento marca a retomada da movimentação de petróleo no Porto do Itaqui após um hiato de 40 anos.

Durante a operação, o navio liberiano Marlin transferiu 18 milhões de litros de petróleo para o navio panamenho Nave Atria. O petróleo transferido tem origem nos campos terrestres de Urucu, em Coari, no estado do Amazonas. Após a transferência, o petróleo foi encaminhado ao Porto de São Sebastião, em São Paulo, para abastecer as refinarias da Pe-



O navio liberiano Marlin transferiu 18 milhões de litros de petróleo para o navio panamenho Nave Atria. Após a operação, o combustível foi encaminhado ao Porto de São Sebastião

A Transpetro realizou nos dias 29 e 30 de junho a primeira operação de transferência de petróleo entre navios (ship to ship) no Porto do Itaqui, localizado no Maranhão. Tradicionalmente, a companhia já conduzia operações de transbordo

trobras.

A Transpetro se destaca como líder no mercado brasileiro em operações de ship to ship e está entre os principais provedores mundiais deste serviço. De acordo com a empresa, essa modalidade logística pode reduzir os custos de transporte marítimo em até 30%.